

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**CURSO DE BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA**

**JESSICA REIS DE SOUZA**

**A atuação de atores quilombolas no processo de visibilidade das comunidades de  
remanescentes de quilombos do estado de Minas Gerais**

**Belo Horizonte – MG**

**2017**

**JESSICA REIS DE SOUZA**

**A atuação de atores quilombolas no processo de visibilidade das comunidades de remanescentes de quilombos do estado de Minas Gerais**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dra. Lilian Cristina Bernardo Gomes

**Belo Horizonte – MG**

**2017**



Universidade Federal de Minas Gerais  
 Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas  
**Curso de Gestão Pública**  
 Belo Horizonte – MG - Avenida Antonio Carlos, 6627 – Campus da UFMG

**ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO –  
 TCC**

No dia 13 de dezembro de 2017, reuniu-se a banca examinadora constituída pelos(as) professores(as):

Dr. Carlos Roberto Horta  
 do Departamento de Ciência Política da UFMG e  
Lilam Cristina Bernardo Ceques (orientadora)  
 do Departamento Instituto Santo Tomás de Aquino

para examinar o Trabalho de Conclusão de Curso de Gestão Pública do(a) aluno(a):

Jessica Reis de Souza

Nº de Matrícula

2	0	1	3	0	4	3	3	7	0
---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

Sob o título: A atuação dos atores quilombolas no processo de distribuição das comunidades de remanescentes quilombolas

Aberta a sessão pelo presidente (orientador) da banca, o(a) aluno(a) fez a apresentação do TCC e foi argüido pelos membros da banca que deliberaram pela aprovação (aprovação/reprovação) do TCC e atribuíram a seguinte nota e conceito ao trabalho:

Nota: 8,5 Conceito: B

Observações da banca (se houver):

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Para constar, foi lavrada a presente ata datada e assinada pelos membros da banca:

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2017

Lilam Cristina Bernardo Ceques  
 Professor(a) orientador(a)

[Assinatura]  
 Professor(a) convidado

do  
 Estado de  
 Minas  
 Gerais

**A atuação de atores quilombolas no processo de visibilidade das comunidades de remanescentes de quilombos do estado de Minas Gerais**

Monografia apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública.

---

Profa. Dra. Lilian Cristina Bernardo Gomes ISTA (Orientadora)

---

Prof. Dr. Carlos Roberto Horta - UFMG

Belo Horizonte, 13 de dezembro de 2017

*Dedico esse trabalho aos meus pais Ana e Adil que sempre me apoiaram nos meus estudos. Dedicando-se a cada dia para o meu crescimento pessoal e profissional.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, que permitiu que este momento fosse vivido por mim, proporcionando grande alegria aos meus pais e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho. Agradeço também aos meus pais, minha irmã e ao Arley Ribeiro, que com muito carinho me apoiaram, e não mediram esforços para que esta conquista pudesse ser realizada.

Aos meus amigos, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas.

Aos meus professores (as) do Curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, e a todas as pessoas com quem convivi nesses espaços da universidade ao longo desses anos.

Agradeço também a minha orientadora Lilian Cristina Bernardo Gomes pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram a realização e desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço aos atores sociais Vandeli dos Santos, Isac dos Santos Lopes, Dardara Eliza Silva e Marcele Bianca Silva Felipe que participaram no processo de desenvolvimento deste trabalho contribuindo com suas histórias para a formulação deste trabalho.

## RESUMO

A presente monografia pretende apresentar o histórico de luta das comunidades quilombolas de Minas Gerais, destacando a atuação dos atores sociais e do movimento social quilombola no estado. Desta forma, pretende-se adensar o debate sobre a participação dos atores quilombolas destacando a contribuição destes na busca pela promoção da visibilidade das comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais, trazendo a luz, para além da luta por garantia de direitos, os esforços desempenhados pela população afrodescendente no país. Na busca pela ampliação da visibilidade, destaca-se a atuação dos atores institucionalizados e não institucionalizados e a construção de redes entre os atores, com o objetivo de trazer para arena política os debates referentes as comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais.

**Palavras-chave:** atores sociais, comunidades quilombolas, movimentos sociais, participação.

## **ABSTRACT**

This monograph intends to present the history of struggles of the quilombola communities of Minas Gerais highlighting the performance of social actors and the quilombola social movement in the state. In this way, the debate about the participation of the quilombola actors is highlighted, emphasizing their contribution in the search for the promotion of the visibility of the quilombola communities in the state of Minas Gerais, bringing the light, in addition to the struggle for guarantee of rights, the efforts made by the quilombolas population. In the search for greater visibility, the performance of the institutionalized and non-institutionalized actors and the construction of networks among the actors is highlighted, with the objective of bringing to the political arena the debates regarding the quilombola communities in the state of Minas Gerais.

**Keywords:** social actors, quilombola communities, social movements and participation.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPITULO I.....	12
1.1 Remanescentes Quilombolas: Resgate da Construção do Direito.....	12
1.2 As comunidades quilombolas no âmbito do aprofundamento democrático no Brasil .....	15
1.3 Território e Comunidades Quilombolas .....	19
CAPITULO 2 .....	22
2.2 Movimentos Sociais no Brasil.....	24
2.3 O movimento social quilombola e a federação quilombola .....	27
2.3.1 Federação das Comunidades Quilombolas do estado de Minas Gerais .....	28
CAPITULO 3 .....	29
3.1 Estudo de caso de Atores Sociais das Comunidades Quilombolas: Santa Cruz, Suassuí e Carrapatos da Tabatinga.....	29
3.2 Comunidades quilombolas de Santa Cruz, Suassui e Carrapatos Da Tabatinga.....	36
3.3 Apresentação dos Resultados das Entrevistas .....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	42
ANEXO 1 .....	49
1.1 Aspectos Metodológicos .....	49
1.2 Entrevista Semiestruturada.....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	44

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva

CRFB- Constituição da República Federativa do Brasil

CONSEA- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

FCP - Fundação Cultural Palmares

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IDENE- Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais

MNU- Movimento Negro Unificado

MSN- Movimento Social Negro

NPHEd- Núcleo de Pesquisa em História Econômica e Demográfica

OIT- Organização Internacional do Trabalho

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

## INTRODUÇÃO

Em um mundo contemporâneo e globalizado, um novo cenário de ações sociais apresenta-se de maneira dinâmica, proporcionando a ampliação da visibilidade de comunidades tradicionais como as de remanescentes quilombolas.

Os remanescentes de comunidades quilombolas são representantes dos grupos tradicionais. Estas coletividades lutam pelo reconhecimento e pela garantia de seus direitos à terra, conforme assegura a Constituição Federal de 1988 (CRFB/1988) que marca a promoção de direitos, amparando-se no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Esse atribui ao Estado a função de promover, de maneira efetiva, o acesso das comunidades de remanescentes quilombolas à titulação e a propriedade de suas terras.

Para que haja a efetivação destes direitos, faz-se necessário, para além da titulação das terras, a garantia de que estas comunidades poderão reproduzir suas tradições, assim como promoverem a manutenção e a proteção do seu modo de criar, fazer e viver, assegurados pelos artigos 215 e 216 da CRFB/1988.

O presente debate busca desenvolver um resgate referente ao modo de construção de direitos das comunidades quilombolas no Brasil com destaque para o estado de Minas Gerais, salientando o papel dos atores sociais quilombolas, que possuem direta ou indiretamente, uma relação com as comunidades remanescentes quilombolas.

Desta forma, pretende-se evidenciar como estes atores promovem a partir de sua participação, seja ela institucionalizada ou não, uma ampliação da visibilidade das comunidades, o esforço para que essa temática faça parte da pauta do Estado, e também para a efetivação de políticas públicas destinadas às comunidades quilombolas.

Este debate traz à luz a relevância dos movimentos sociais negros no Brasil, pois, o movimento quilombola surge no amplo leque de demandas dos movimentos sociais negros.

A construção desta pesquisa contou com a realização de entrevistas semi-estruturadas, com quatro atores quilombolas. Foi elaborada a partir de um desenho metodológico baseado em um estudo de caso comparativo e em técnicas para a coleta de dados quais sejam: revisão bibliográfica, entrevista semiestruturada e fontes documentais oficiais e informais.

Como estratégia analítica optou-se por realizar um estudo de caso comparativo com os atores sociais: Vandeli de Paulo dos Santos, Isac dos Santos Lopes, Marcele Bianca Silva Felipe e Dardara Eliza Silva, membros de três comunidades quilombolas distintos: comunidade quilombola Santa Cruz, localizada no município de Ouro Verde de Minas; comunidade quilombola de Suassuí, localizada no município de Coluna e comunidade quilombola Carrapatos da Tabatinga, quilombo localizado na cidade de Bom Despacho.

O percurso metodológico da pesquisa, bem como o seu aparato teórico encontram-se disponíveis no ANEXO 1.

Foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com esses atores sociais quilombolas. O roteiro da entrevista encontra-se disponível no ANEXO 2. As entrevistas buscaram destacar a atuação dos atores sociais e sua percepção sobre a relação construída entre comunidades quilombolas e o governo do estado de Minas Gerais, e como esta ação contribui para o aumento da visibilidade das comunidades quilombolas, auxiliando no desenvolvimento de pressão para a entrada dessa questão na pauta do Estado e para a efetivação de políticas públicas para as comunidades quilombolas.

O presente trabalho está estruturado em três capítulos, o primeiro tem como objetivo salientar a pertinência das comunidades quilombolas, destacando a relevância do território para os remanescentes de comunidades quilombolas. O segundo capítulo tem como objetivo contextualizar a relação entre movimentos sociais e comunidades quilombolas. O terceiro capítulo tem como objetivo apresentar o percurso metodológico utilizado na presente pesquisa, bem como os atores sociais entrevistados e suas respectivas comunidades.

Essas comunidades compõem o universo de análise qualitativo da presente pesquisa, destacando a relevância dos atores sociais para o desenvolvimento de ações para essas comunidades. Nas considerações finais são apresentados os resultados referentes à realização deste estudo, com o objetivo de que este possa contribuir para a promoção e ampliação do debate acerca das comunidades quilombolas no Estado.

## CAPITULO I

O presente Capítulo será estruturado em três seções: a primeira delas tem como objetivo realizar um resgate referente à construção de direitos das comunidades quilombolas no Brasil. A segunda seção destaca a concessão de direitos e os principais decretos na luta das comunidades quilombolas. A terceira seção ressalta a relevância do território para as comunidades quilombolas em foco neste trabalho, evidenciando as singularidades dos quilombos e seus principais embates na luta pela efetivação dos direitos assegurados no artigo 68 da CRFB/1988.

### 1.1 Remanescentes Quilombolas: Resgate da Construção do Direito

A construção da identidade do Brasil é marcada pela presença e o histórico de luta dos remanescentes de comunidades quilombolas, estes que durante anos permaneceram a margem da sociedade (LEITE, 2000).

De acordo com dados da Fundação Cultural Palmares (FCP),<sup>1</sup> existem no Brasil aproximadamente 3.524 comunidades quilombolas mapeadas. Estima-se ainda de acordo com dados da FCP, que esse número possa ser maior, chegando a 5 mil comunidades em todo o território nacional.

Dessas comunidades mapeadas, mais de 2.600 possuem certificação junto à FCP. Esses números demonstram a importância da questão quilombola no Brasil, uma vez que essas comunidades, durante anos, permaneceram marginalizadas e sendo pouco consideradas tanto pelo Estado, quanto pela sociedade.

Durante o período colonial, o tráfico negreiro era uma atividade lucrativa para a metrópole, e os negros eram trazidos da África e comercializados em território brasileiro.

---

<sup>1</sup> A Fundação Palmares tem por finalidade preservar e viabilizar a cultura afro-brasileira, preocupada com a questão da igualdade racial destacando a relevância das manifestações de matrizes africanas, a fundação implementa e formula políticas públicas, na tentativa de ampliar a participação da população negra no Brasil.

Disponível para acesso no link: < [www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs](http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs). > Acesso em 25/08/2017.

Os negros, de acordo com dados do censo de 1872, divulgados pelo núcleo de pesquisa em história econômica e demográfica da Universidade Federal de Minas Gerais (NPHEd/UFG), apresentam que para o ano de realização do censo, obteve-se o registro de 10 milhões de habitantes, e destes, 15,24% corresponderiam à população negra escravizada no período. A abolição da escravidão em 1888, não promoveu a inclusão do negro na sociedade, com isso, não houve por parte do Estado, mecanismos de inclusão econômica, social e simbólica.

Fernandes (2008) em sua obra “A integração do negro na sociedade de classes” destaca que, o fim da escravidão no Brasil, não assegurou aos escravizados a garantia de direitos e nem mesmo promoveu mecanismos que auxiliassem no processo de transição para o trabalho livre.

Os negros que não aceitaram a escravidão organizaram um mecanismo peculiar de luta e resistência: o quilombo. Esta foi a principal forma de luta política utilizada pelas comunidades quilombolas durante o período escravocrata (LEITE, 2000). Os Estados, assim como a igreja católica, não assumiram a responsabilidade de integrar e preparar os negros escravizados para o novo regime de organização de vida e de trabalho (FERNANDES, 2008). Muitas comunidades quilombolas existentes no momento atual, foram formadas antes da abolição da escravidão em 1888, e outras tantas tiveram sua origem pós-abolição.

As comunidades quilombolas são grupos que apresentam em sua origem histórica, uma trajetória de luta e resistência. Essas comunidades são formadas predominantemente por negros, sendo também uma característica marcante nesses territórios, a ausência de políticas públicas, o que os coloca em situação de vulnerabilidade social.

Os quilombos podem ser descritos segundo duas visões distintas. A primeira delas, marcada pela ausência de direitos, com destaque para o período colonial, imperial e boa parte da primeira e da segunda república.

A segunda pode ser observada a partir do período de concessão de direitos, o qual obteve, pela primeira vez, seu marco legal como sujeitos de direitos com a CRFB/1988. O ato de reconhecer-se como pertencente de comunidade quilombola, está associado a uma questão relevante, que diz respeito ao resgate dos valores e tradições da cultura negra brasileira. Enquanto indivíduos portadores de direitos buscam, a partir da articulação realizada entre

atores sociais quilombolas, movimentos sociais e o Estado, a produção de políticas públicas para a ampliação da efetivação dos direitos destas comunidades.

Neste sentido, o elemento utilizado para a distinção das comunidades de remanescentes quilombolas das demais comunidades tradicionais é, principalmente, a mobilização política realizada por estes grupos em torno da questão referente à auto identificação como quilombola (COSTA, 2011).

O Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, promove a regulamentação referente aos procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras que estão ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Desta forma, utiliza-se do artigo 2.º para realizar a definição dos remanescentes quilombolas, sendo:

Os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. (Decreto Federal n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003)

Outro decreto importante para as comunidades de remanescente quilombolas é o Decreto n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que garante o direito ao território as comunidades negras, que através de lutas locais, aliadas aos Movimentos Sociais Negros (MSNs), conseguiram levar o direito desses grupos para a arena pública nacional:

Por povos e comunidades tradicionais entendem-se os grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto Federal n.º 6.040 de 7 de fevereiro de 2007).

O artigo 215 da Constituição Federal prevê que “o Estado garantirá a todos, o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais”. Nesse sentido, estabelece em seu § 1º que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras,

e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Já o artigo 216, também da CF/88, ao reportar-se ao patrimônio cultural brasileiro, dispõe, em seu § 5º, que “Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos”. A Constituição Federal apresenta um avanço no que se refere ao “reconhecimento dos direitos culturais presentes nos artigos 215 e 216 e direitos fundiários presentes no artigo 68”. (MALCHER, 2006, p. 17).

No âmbito internacional, é importante destacar a Organização Internacional do Trabalho (OIT) 169 sobre povos e comunidades tradicionais. Este se torna relevante ao apresentar contribuições significativas para os povos e comunidades tradicionais, destacando a responsabilidade do Estado de promover, garantir e assegurar a estes povos o acesso a direitos e a preservação de suas especificidades.

Gomes (2009) destaca que a Convenção 169 da OIT, proporcionou alterações no processamento da titulação, bem como da visibilidade das comunidades tradicionais, sendo ratificada pelo governo Brasileiro em 2002. Segundo Almeida (2006) *apud* Gomes (2009), “esta convenção atesta critérios referentes a elementos de auto identificação, reforçando, em certa medida, a lógica dos movimentos sociais” (ALMEIDA, 2006, p. 37).

## **1.2 As comunidades quilombolas no âmbito do aprofundamento democrático no Brasil**

A evolução da construção da democracia, é apresentada por meio do alargamento da mesma, no que se refere a criação de espaços públicos e o aumento da participação da sociedade civil nos processos de discussão e tomada de decisão (DAGNINO, 2004).

É dever do Estado, assegurar que essas comunidades possam ter acesso às políticas públicas e com isso ter seus direitos garantidos. O presente trabalho, através de um estudo de caso comparativo, busca destacar a atuação dos atores sociais quilombolas institucionalizados<sup>2</sup> e não institucionalizados<sup>3</sup> no processo de ampliação da luta por políticas

---

<sup>2</sup> Por atores institucionalizados utilizou-se a definição de coletividades, segundo a qual possuem inserção na política institucional implicando em rotinização, integração e cooptação. (Meyer e Tarrow, 1998; McAdam e Tilly, 2001).



públicas nessas comunidades. Este trabalho tem como objetivo, investigar como as interações entre o estado de Minas Gerais e os atores quilombolas, podem promover o aumento da visibilidade das demandas por políticas públicas nestas comunidades.

A partir desse objetivo pretende-se mapear a trajetória dessas comunidades quilombolas, registrando os avanços referentes a ampliação da visibilidade e luta por políticas públicas ligadas a esses grupos que podem ser observados por meio de políticas públicas e ou ações, tais como encontros, projetos políticos, entre outros que apresentam como foco as comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais.

O projeto político democratizante, segundo Dagnino (2004), foi amadurecido durante o período de resistência à ditadura militar, com isso ocorreu a ampliação da participação e da cidadania no Brasil. Para a construção de um estado de direitos faz-se necessário, dentre outros aspectos, o reconhecimento da pluralidade existente. No que tange a questão das comunidades quilombolas, a perspectiva identitária está diretamente relacionada com a sua territorialidade. De acordo com Andrade (1997, p.47) *apud* Schmitt (2002),

A situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizado para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico (ANDRADE, 1997, p.47).

De acordo com o Relatório de Populações Quilombolas de 2007, os “remanescentes de quilombos” não estão associados unicamente à formação destas comunidades por escravos “foragidos” das fazendas, situados em regiões de difícil acesso, mas também, à formação de grupos sociais que apresentam em sua organização, características étnicas e culturais com ancestralidade comum e forma de organização política e social próprias. Segundo o Relatório GT (2007), as comunidades quilombolas não estão associadas diretamente à comprovação de um passado ligado a escravidão, mas a necessidade do auto reconhecimento como remanescente de quilombolas.

---

<sup>3</sup> Os atores não institucionalizados neste trabalho foram divididos em dois grupos, os que apresentam alguma ligação com a política e os que não apresentam ligação política. Os primeiros são definidos como coletividades formadas por atores sociais com interação construídas mediante relação de conflito e cooperação com a estrutura do estado (Diane, 2003; Melucci,1996). Já os atores não institucionalizados sem ligação com o estado são apresentados como os que participam do processo político e dos novos movimentos sociais. (Tarrow,1997; Gamson,1990)

Percebe-se com isso que, o processo de formação da sociedade brasileira foi marcado por grandes desigualdades sociais e raciais (GELINSKI; SIQUEIRA, 2014), estas características foram decorrentes do período de escravidão existente no Brasil.

De acordo com Gelinski e Siqueira (2014), a busca por reconhecimento é inerente aos movimentos sociais que lutam por igualdade social. Brasil (2004) *apud* Gelinski e Siqueira (2014) afirma que:

[...] o significado de quilombo é a reafirmação da luta pela sobrevivência, construindo uma realidade que garante a igualdade, o convívio com a coletividade, a ancestralidade de uma história de quase 300 anos de exclusão [...] (BRASIL, 2004 *apud* Gelinski; Siqueira, 2014 p.4.)

O INCRA descreve as comunidades quilombolas como:

Grupos étnicos, predominantemente constituídos pela população negra, seja ela rural ou urbana, que se auto definem a partir da sua relação com a terra, parentesco, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias”. (INCRA, 2017).

Em seu trabalho, Leite (2000), destaca que o significado da palavra quilombo apresenta na tradição popular do Brasil vários significados. Segundo a autora entre os significados associados ao quilombo estão: quilombo como sendo referente a lugar; como a um povo que reside em um determinado local e, também, como caracterização de algumas manifestações populares.

Para mais, o quilombo deve ser visto como uma marca da resistência de um povo, o qual durante anos tiveram seus direitos cerceados e encontram por meio da luta a possibilidade de obter seus direitos.

A participação social tem como finalidade a promoção de direitos as comunidades quilombolas, que buscam por meio do engajamento social e político, fazer com que os direitos que estão previstos na Constituição Federal de 1988 (CF/88), possam ser garantidos. A demarcação e a titulação de terras são exemplos de direitos previstos pela constituição, que apresentam grandes dificuldades em sua implementação.

A organização dessas comunidades em parceria com grupos e movimentos sociais que já apresentam um perfil de luta, tem potencializado o desenvolvimento de ações. Promovendo dessa forma, o fortalecimento do que Silva (1994) denomina de “direitos insurgentes”. Estes

proporcionam às comunidades tradicionais a ascensão a alguns espaços de participação política.

A partir do ano de 1983, a temática negra, começa a ser introduzida ainda que de maneira primária no âmbito Estadual e Municipal do Brasil. Surgem neste primeiro momento, órgãos que apresentam como finalidade a produção e implementação de políticas públicas antidiscriminatórias e de incentivo à cultura negra.

Arruti (1997) destaca que até o ano de 1995, o artigo 68 da Constituição não apresentou nenhuma proposta de regulamentação, a temática quilombola passa a ganhar maior visibilidade a partir do festival pela memória de Zumbi dos Palmares. Este festival foi organizado em 20 de novembro de 1995, pelo Movimento Negro Brasileiro. Cerca de 30 mil pessoas se reuniram em Brasília na Marcha Zumbi. Este evento é considerado um marco para o aumento da visibilidade dos negros e das comunidades de remanescentes quilombolas no Brasil.

Atualmente, as comunidades de remanescentes quilombolas<sup>4</sup> enfrentam grandes dilemas que passam por questões como a territorialidade, representação, aumento da visibilidade e a busca por efetivação de políticas públicas. Estas comunidades buscam por meio da participação, o acesso e a concessão de direitos.

---

<sup>4</sup> O termo remanescentes de comunidades quilombolas passou a ser utilizado como termo referente aos quilombolas a partir da constituição Federal de 1988: “termo quilombo, antes de uso quase restrito a historiadores e referido ao nosso passado como nação, adquire uma significação atualizada, ao ser inscrito no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) para conferir direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, sendo-lhes garantida a titulação definitiva pelo Estado brasileiro”.(O’DWYER.1995,p.21)

### 1.3 Território e Comunidades Quilombolas

A relação estruturada entre identidade étnica e território torna-se parte fundamental para a caracterização das relações construídas nas comunidades quilombolas. O INCRA<sup>5</sup> define território quilombola, tendo como base legal o artigo 2º do Decreto 4.887/2003, sendo para tanto, considerado território quilombola as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. Esta reprodução física, social, econômica e cultural destacada, corresponde às especificidades, associadas às formas de criar, fazer e viver, desenvolvidas pelos remanescentes quilombolas e observadas nas relações construídas entre os indivíduos e a natureza e, também, com o meio onde vivem.

O território para as comunidades quilombolas é o que auxilia na estruturação da identidade enquanto membros de uma coletividade. A identidade quilombola foi constituída, tendo como elementos estruturantes o território e as relações de parentesco. Schmitt (2002) destaca que a ocupação das terras está relacionada à prática de resistência desses grupos, para a manutenção e reprodução de sua forma de vida, sendo fundamentais para a determinação do local. O território para as comunidades quilombolas representam a união e a manutenção da tradição. Sarmiento (2007) destaca esta relação entre os quilombolas e o território:

Para comunidades tradicionais, à terra possui um significado diferente da que ela apresenta para a cultura ocidental hegemônica. Não se trata apenas da moradia, que pode ser trocada pelo indivíduo sem maiores traumas, mas sim do elo que mantém a união do grupo, o que permite a sua continuidade no tempo através de sucessivas gerações, possibilitando a preservação da cultura, dos valores e do modo peculiar de vida da comunidade étnica. (SARMENTO, 2007, p. 83).

Malcher (2006) também destaca a relação existente entre os remanescentes de comunidades quilombolas e o território. A relação estruturada entre as comunidades quilombolas e o território caracteriza-se fundamentalmente pelas características de sobrevivência desses grupos, destacando a relação com a terra.

---

<sup>5</sup> Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

Na contemporaneidade, os remanescentes quilombolas se deparam com grandes conflitos que estão relacionados à efetivação dos direitos a terra. Na tentativa de garantir sua sobrevivência, estes lutam para promover a manutenção da cultura quilombola.

A terra, para os membros das comunidades quilombola, é o que garante o trabalho e a sobrevivência desses indivíduos, Carril (2006), corrobora com esta relação, destacando que:

As formas de uso da terra e dos recursos do território têm mostrado que o acesso à terra apresenta demandas históricas construídas nas quais as questões do trabalho e as estratégias de sobrevivências vêm se colocando como aspectos de crucial importância para a definição de um traço de lutas existentes no Brasil”. (CARRIL, 2006, p.158).

Chagas (2001) destaca que “a concepção da terra enquanto território socialmente ocupado é evidentemente a chave para a vida desse grupo. ” (CHAGAS, 2001, p.228). Os quilombos localizados em áreas rurais apresentam, entre os dilemas vivenciados, os embates referentes à perda de partes de suas terras e o racismo. Estes empasses são decorrentes da ausência da efetivação dos direitos assegurados na Constituição Federal.

A relação do quilombola com a terra apresenta-se de maneira distinta nos espaços rurais e urbanos. Nos quilombos rurais, a terra é o recurso que garante aos remanescentes o trabalho e a garantia de sobrevivência. Já os quilombos que tiveram seus espaços invadidos pelas cidades, além de lutarem pela terra, enfrentam desafios adicionais. Entre os desafios encontrados, destacam-se a segregação espacial, a exclusão e a especulação imobiliária. Dessa forma, estes se utilizam de recursos como a música e a dança para promover a manutenção da cultura e o repasse das tradições.

O território e a terra são os elementos responsáveis por produzir a harmonia no interior das comunidades, o território garante o necessário para a sobrevivência. Tanto os quilombolas que tiveram suas áreas invadidas pela cidade quanto àquelas que se mantêm no espaço rural compartilham de uma mesma especificidade, a marginalização. Desse modo, os remanescentes de comunidades quilombolas se colocam em constantes embates, na tentativa de promover, por meio legal, a regulamentação de seus direitos.

Gomes (2009) destaca que a “efetivação dos direitos referentes à titulação das terras” para os remanescentes de comunidades quilombolas é associada a uma questão de justiça social que “passa pelo reconhecimento das identidades e da redistribuição material e simbólica.” (GOMES, 2009, p. 17).

Nesse contexto de promoção e tentativa de ampliação da visibilidade destas, faz se necessária a construção do debate sobre os movimentos sociais, os quais atuam no processo de articulação com os atores sociais na luta pela ampliação da democracia. A temática quilombola passa a ser, com isso, inserida nos espaços, destacando o processo histórico de formulação dos movimentos sociais, bem como seu contexto de luta por garantia de direitos.

## CAPITULO 2

Este Capítulo será estruturado em três seções, a primeira delas tem como objetivo apresentar uma breve contextualização dos movimentos sociais. A segunda seção destina-se a apresentação dos movimentos sociais com ênfase para o Brasil, e a terceira destaca a relevância do movimento quilombola e da Federação quilombola do estado de Minas Gerais – N’Golo, no processo de garantia de direitos para os remanescentes de comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais em conexão com as lutas dos outros estados brasileiros.

### **2.1 Movimento Social: as diferentes pautas de luta**

Os movimentos sociais exercem um relevante papel ao estender o alcance do status de cidadania para a totalidade de indivíduos de um Estado. Desta forma, desempenham um novo papel, no qual outra concepção do direito ganha espaço, não sendo, portanto, pautado apenas em interesses individuais, mas na coletividade, ressaltando elementos referentes a identidades, bens culturais imateriais e de direito ao território para coletividades, como, por exemplo, o direito quilombola (GOMES,2009).

Marshall (1967) citado por Gomes (2009) destaca que a partir de 1970, os movimentos sociais que apresentavam empenho a favor da efetivação da cidadania foram estimulados, tendo em vista a complexidade deste período, a análise referente aos movimentos sociais torna-se relevante, passando assim a ser analisada sob diferentes perspectivas. (BOSCHI, 1987; DAGNINO, 1994; DOIMO, 1995; FREIRE-MEDEIROS; CHINELLI, 2003; GOHN, 1997).

Os movimentos sociais destacam-se pela composição de uma pauta peculiar, que rompe com a concepção predominante existente no Brasil e apresenta uma ampliação de direitos, estabelecendo com isso uma cidadania diferenciada. Teorizar sobre os movimentos sociais torna-se uma ação complexa como argumenta Gohn (2012), a história dos movimentos sociais pode ser apresentada por duas perspectivas distintas. A primeira delas considerada

uma perspectiva “clássica”, ao qual apresenta a estrutura das mobilizações, e a relacionada aos conflitos de classe.

A segunda perspectiva apresentada, destaca que os movimentos sociais estão inseridos em novas categorias que são demandadas nos dias atuais, sendo assim necessárias ações diferenciadas. Estes movimentos, que apresentam em sua pauta de luta as demandas contemporâneas, são denominados como novos movimentos sociais, em contraposição à versão clássica dos movimentos.

Gohn (2012) destaca que os novos movimentos sociais apresentam como característica uma natureza social, com isso, questões como cultura e raça são introduzidas ao debate a fim de alcançar “o direito a ter direito” (ARENDR, 1990 p. 45). Dentre as bandeiras defendidas por estes movimentos destacam-se, sobre tudo, a necessidade de melhoria na qualidade de vida.

Os movimentos sociais apresentam alguns elementos estruturantes, dentre eles destacam-se aspectos como identidade, autonomia, sociedade civil e participação social. Desta forma, as manifestações que são referentes à questão racial, étnica, gênero e meio ambiente passam a compor a agenda política.

Dagnino (2004) apresenta que no Brasil, estas categorias passam a ser incorporadas de maneira mais significativa a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual promoveu a ampliação da democracia. O termo “nova cidadania” pode ser utilizada para caracterizar o movimento social quilombola, uma vez que este apresenta em seu histórico de luta a busca por inclusão de direitos (DAGNINO, 2004, p. 104).

No final da ditadura militar no Brasil, ocorreu a ampliação da participação da sociedade civil, com isso, atores sociais passaram a interferir no processo de tomada de decisões políticas e sociais.

Inglehart (1971) *apud* Alonso (2009) destaca que, esta alteração no padrão das demandas organizadas por estes movimentos, refletem uma mudança ao qual pode ser descrita como demandas pós-matérias, entre as principais demandas encontra-se a necessidade da mudança na cultura.



## 2.2 Movimentos Sociais no Brasil

Os novos movimentos sociais, segundo Silva e Oliveira (2011), têm sua origem no final dos anos de 1970 e 1980, estes têm como objetivo a análise do processo de organização de alguns estratos da sociedade brasileira, muitos destes não estavam na composição dos processos de participação político institucional.

Avritzer (2010), ressalta que em meados da década de 1970, a sociedade civil brasileira passou por um processo de transformação, tornando-se mais autônoma e democrática. Havendo desse modo, um aumento significativo nas associações civis e promovendo uma modificação do conceito de direito, o que contribuiu para a construção de uma ideia de autonomia em relação ao Estado (AVRITZER, 2010). A partir da análise em rede, de acordo com VAZ e KUNRATH (2008) e possível promover um rompimento com a visão substancial da sociedade civil.

Bobbio (1991) descreve sociedade civil apresentando a relação com o Estado como:

“Na contraposição sociedade civil-Estado, entende-se por sociedade civil a esfera das relações entre indivíduos, entre grupos, entre classes sociais, que se desenvolvem à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais. Em outras palavras[...] é um terreno de conflitos econômicos, ideológicos, sociais e religiosos que o Estado tem a seu cargo resolver. ” (BOBBIO, 1991, p. 1220)

É possível problematizar a partir da definição de sociedade civil e apresentar de forma clara a separação entre a sociedade civil e o Estado destacando uma prioridade ao Estado enquanto organizador da sociedade.

Vaz e Kunrath (2008) destacam, que a partir da “rebelião do coro” que ocorreu por volta dos anos de 1989, os atores sociais marginalizados passaram a agir de maneira mais engajada, modificando as atribuições apresentadas para os movimentos sociais nesse período.

Desta forma, a partir das externalidades produzidas pelo Estado e também pelos movimentos sociais foi possível pensar a produção da política em outros espaços, ampliando o campo de atuação dos atores institucionalizados e não institucionalizados.

O processo de redemocratização do país, que teve seu ápice nos anos 1980, foi marcado por grandes mudanças, entre elas a ampliação do acesso de novos atores à política institucional, os movimentos sociais podem ser considerados como a “porta de entrada” para a sociedade, possibilitando a participação desta, no processo de implementação de políticas públicas (SILVA, 2011).

Gomes (2009) apresenta que a temática de desigualdade racial passa a compor a agenda do Estado a partir do processo de redemocratização, com a promulgação da CF/88. A partir de então, políticas públicas com foco em desigualdades raciais passam a ser implementadas. Esta implementação de políticas públicas é decorrente do extenso processo de resistência e luta das comunidades negras e afrodescendentes no Brasil.

O movimento social quilombola é incluído nesta perspectiva como um movimento de caráter contemporâneo, ao qual promove a ampliação da visibilidade de novos sujeitos sociais, combinado ao desenvolvimento de uma “nova cidadania”<sup>6</sup>. No que tange as características desta nova cidadania, no conceito liberal, reivindicação de acesso, inclusão, participação e pertencimento a um sistema político.

Os principais debates realizados acerca das políticas públicas de promoção da igualdade racial trazem a luz para além da questão de ‘raça’ os vários esforços empreendidos pelos militantes, sejam eles pertencentes a movimentos negros, universidades, Estado, ONG’s e outras instituições participativas. Estes empregam de maneira contundente, esforços para que as demandas das comunidades quilombolas possam fazer parte da arena política de disputa. O processo de formulação de políticas públicas perpassa pela relação existente entre o Estado e os atores sociais.

Alguns autores contribuem para a definição de políticas públicas. Neste sentido Easton (1995), define “políticas públicas como um sistema, uma relação entre formulação, resultado e o ambiente.” (EASTON, 1995, p.24.) Souza (2006), sintetiza política pública como sendo ‘o que o governo escolhe fazer ou não fazer. A autora também destaca que mesmo as definições que apresentam um caráter mais minimalista, acabam por serem guiadas para o lugar onde os debates aos quais os interesses e preferências se desenvolvem, ou seja, os governos.

---

<sup>6</sup> Dagnino (2004) destaca que o processo de incorporar características de sociedades contemporâneas, tais como o papel das subjetividades, e o surgimento de sujeitos sociais de um novo tipo e de direitos bem como a ampliação do espaço da política, esse projeto reconhece e enfatiza o caráter intrínseco da transformação cultural com respeito à construção da democracia.

Já para a conceituação de participação, considera-se nesse trabalho, o conceito apresentado por Aras (2004), que apresenta como participação política, o ato de apresentar-se em reuniões de partidos, comícios, grupos de difusão de informações, até o ato de inscrever-se em associações culturais, recreativas, religiosas ou, ainda, realizar protestos, marchas, ocupações de prédios (Sani, 1986; Cotta, 1979).

Os movimentos sociais são estruturas que se encontram em constante transformação, esta transformação pode ser associada tanto a questão da estrutura que compõe o movimento, quanto da realidade social ao qual estes estão inseridos. Gohn (2012) indica que os movimentos sociais são estruturas complexas, que são passíveis de mudanças e ressignificação ao longo de sua história, o que pode promover a sua reorganização.

De acordo com Dagnino (2004) o advento de novos sujeitos sociais, pode marcar o início de novas formas de direito aos quais promovem a ampliação do espaço da política. No contexto social, a extensão da democracia e a ampliação da participação, apresentam na Constituição Federal de 1988, o reconhecimento e a possibilidade de ter e acessar direitos, destaca-se como mecanismo de reconhecimento o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, que em seu artigo 2º regulamenta os processos para a identificação, reconhecimento, delimitação e titulação das terras sendo, por consequência, considerado um marco no direito quilombola.

Neste amplo escopo da ampliação de direitos e da participação, o presente trabalho coloca o foco nas comunidades de remanescentes de comunidades. As comunidades de remanescentes quilombolas podem ser apresentadas como exemplo de reprodução de cultura e tradição e estão ligadas aos novos movimentos sociais.

Para tanto, faz-se necessário o entendimento acerca do papel dos movimentos sociais negros, assim como da Federação no processo de garantia de direitos e articulação com os atores quilombolas no estado de Minas Gerais.

### **2.3 O movimento social quilombola e a federação quilombola**

A década de 1980 foi marcada pelo aumento das mobilizações de atores sociais e políticos, os quais promoveram a ampliação da visibilidade dos movimentos sociais trazendo a luz às demandas da sociedade civil (AVRITZER, 2009).

Neste período, destaca-se o Movimento Negro Unificado (MNU), que foi responsável por promover a articulação de intelectuais e integrar os movimentos sociais de menor porte, o que proporcionou uma modificação de posicionamento da população negra no país (JORGE, 2015).

O Movimento Negro Unificado, durante o processo de promulgação da CRFB/1988, foi responsável por apresentar para além da questão da luta contra o racismo, o debate referente ao fim das desigualdades sociais e raciais, a valorização da cultura negra e a trazer para arena de discussão a relevância do território para os remanescentes de quilombos (JORGE, 2015).

Oliveira (2009) afirma que os movimentos sociais, entre eles o movimento quilombola, estão vinculados não apenas por uma questão política, mas também cultural. Corroborando com a tese, Alonso (2009) aponta que os novos movimentos sociais surgem da sociedade civil, trazendo uma nova percepção da sociedade ao qual apresenta valores diferentes, nesse contexto destacam-se os atores sociais coletivos que pautam suas demandas a questão da democratização social, que passa a ser compreendida para além dos aparatos legais, mas estruturada, tendo como base os costumes e a cultura da sociedade (ALONSO, 2009).

### **2.3.1 Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de Minas Gerais**

A Federação das Comunidades Quilombolas do estado de Minas Gerais – N’Golo, de acordo com dados da EMATER, foi criada no ano de 2005. A Federação foi criada a partir da necessidade de organizar as comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais. Tal proposição emergiu de dentro das comunidades quilombolas as quais entenderam a necessidade da articulação das comunidades.

O 1º Encontro de Comunidades Negras e Quilombolas realizado em Belo Horizonte, em 2004, foi organizado pela FCP e pelo Instituto de Defesa da Cultura Negra e Afrodescendentes - “Fala Negra”, tendo o apoio do CEDEFES, do CONSEA, do IDENE e da prefeitura de Belo Horizonte. Foi nesse encontro que surgiram as primeiras mobilizações que dariam origem à Federação, sendo então promovido o encontro das lideranças quilombolas com as autoridades governamentais, das esferas federais, estadual e municipal e com organizações não governamentais.

O nome N’Golo é de origem africana e representa uma dança realizada em rituais na Angola, região sul da África e a palavra significa “união”. Com o tráfico negreiro e a necessidade de resistência à escravidão, promoveu a apropriação dos movimentos da dança também em combates, dando origem assim a capoeira, desta forma, o N’golo ganhou visibilidade como símbolo da resistência e da luta dos afrodescendentes.

## **CAPITULO 3**

Este Capítulo destina-se a apresentação do processo de construção do estudo de caso desenvolvido nessa pesquisa. Assim, ele será estruturado em três seções. A primeira delas tem como objetivo apresentar a metodologia de pesquisa utilizada. A segunda seção destina-se a apresentação dos atores sociais entrevistados e de suas comunidades quilombolas. Devido aos limites desse trabalho, apresentaremos de modo geral a Comunidade de Santa Cruz, da qual o ator Vandeli Paulo dos Santos faz parte, a comunidade de Suassui e Pitangueiras do ator Isac dos Santos Lopes, e da comunidade Carrapatos da Tabatinga das atrizes quilombolas Marcelle Bianca Silva Felipe e Dardara Eliza Silva Santos. E por fim, na última seção apresento os dados obtidos e as principais considerações referentes ao desenvolvimento deste trabalho.

### **3.1 Estudo de caso de Atores Sociais das Comunidades Quilombolas: Santa Cruz, Suassuí e Carrapatos da Tabatinga**

O objetivo desta pesquisa é analisar de que modo as interações entre atores quilombolas institucionalizados e não institucionalizados e o governo do estado de Minas Gerais podem promover o aumento da visibilidade, bem como a produção de pressão, para a entrada dessa questão na pauta do Estado, contribuindo para a efetivação de políticas públicas para as comunidades quilombolas. Estes atores, enfrentam grandes questionamentos e ameaças no que se refere à legitimidade e direito à territorialidade para sua organização e reprodução cultural (ALMEIDA, 2015).

A partir dos objetivos desse trabalho, qual seja, analisar como ocorrem as interações entre atores quilombolas, institucionalizados e não institucionalizados e o governo do estado de Minas Gerais, busca-se por meio do estudo de casos, identificar de que maneira essa interação pode promover o aumento da visibilidade, bem como a promoção de pressão para a entrada dessa questão na pauta do Estado.

O presente trabalho analisa a partir da percepção dos atores sociais, a intercessão entre os atores das comunidades quilombolas e o Estado, destacando a participação destes, em diferentes organizações sociais. Optou-se por entrevistas semiestruturadas neste trabalho pela

necessidade de identificar por meio das falas dos atores, práticas e ações, que ocorrem entre o governo do Estado e os atores das comunidades de Santa Cruz, município de Ouro Verde de Minas, Comunidade quilombola do Suassuí e Pitangueiras, município de Coluna e a Comunidade quilombola Carrapato Tabatinga.

Os atores selecionados para esta pesquisa não são suficientes para a realização de generalizações no que se refere à realidade das mais de 800 comunidades quilombolas localizadas no Estado, entretanto, são contribuintes para o entendimento da dinâmica existente nas comunidades quilombolas.

Esta pesquisa está limitada a quatro atores, sendo três deles de comunidades quilombolas distintas, localizados no estado de Minas Gerais.

Os atores foram selecionados a partir de três variáveis:

- A. Atores institucionalizados;
- B. Atores não institucionalizados com relação com o governo do estado de Minas Gerais;
- C. Atores não institucionalizados sem relação com o governo, porém, com forte atuação no Quilombo.

A amostra da pesquisa não é probabilística, uma vez que os atores foram selecionados propositadamente, considerando o objetivo e o problema dessa pesquisa.

Os atores selecionados para esta pesquisa apresentam como principal característica o fato de serem quilombolas, podendo ou não estar vivendo na comunidade de origem. Essa informação torna-se relevante dado o foco da pesquisa, que não busca identificar a percepção das comunidades, mas sim dos atores que podem ou não apresentar relação direta com o governo de Minas Gerais. Ao destacar que o objeto de análise são os atores e não as comunidades, faz-se necessário também uma contextualização temporal.

O presente trabalho estará limitado ao período dos governos de Antônio Anastasia, filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), com início de mandato em primeiro de janeiro de 2011 e término do mandato em 4 de abril de 2014, passando pela posse do vice-governador Alberto Pinto Coelho Júnior, Filiado ao Partido Progressista - PP com início do mandato em 4 de abril de 2014 e término em 1 de janeiro de 2015, e chegando ao

governo atual de Fernando Pimentel, filiado ao Partido dos Trabalhadores PT, com início do mandato em 1 de janeiro de 2015 até o ano de 2019.

É importante salientar que Fernando Pimentel, governador de Minas Gerais no ano em que este trabalho é elaborado, não poderá ser analisado de maneira completa tendo em vista que esta pesquisa é desenvolvida como trabalho de conclusão de curso. Fazendo-se necessário a realização de um recorte temporal com o objetivo de apresentar os projetos e ações desenvolvidas até o segundo semestre do ano de 2016.

### 1.1 Quadro de entrevistas

<b>Nome<sup>7</sup></b>	<b>Atribuição</b>	<b>Comunidade</b>
<b>Vandeli Paulo dos Santos</b>	Atua como Diretor para o desenvolvimento sustentável das Comunidades Quilombolas das aldeias indígenas e outras comunidades tradicionais na secretaria de desenvolvimento agrário do governo de Minas Gerais, contribui na organização e no desenvolvimento das comunidades quilombolas do Estado.	Santa Cruz município de Ouro Verde de Minas
<b>Isac dos Santos Lopes</b>	Diretor de comunicação e cultura, Conselheiro Estadual de assistência social, representante do conselho no fórum Inter conselhos no estado, faz parte da Federação Estadual de comunidades quilombolas (N'GOLO) e, nacionalmente, faz parte da coordenação nacional das comunidades quilombolas.	Comunidade quilombola de Suassuí, município de Coluna na Extrema entre Vale do Rio Doce e Vale do Jequitinhonha, Regional de Valadares

---

<sup>7</sup>A presente pesquisa utilizará apenas o primeiro nome para identificar os atores participantes nesta entrevista.



<b>Dardara Eliza Silva Santos</b>	Delegada do movimento quilombola, atuou como presidente da câmara jovem, suplente da coordenação do Conselho Tutelar em Bom Despacho.	Comunidade quilombola Carrapatos da Tabatinga (Quilombo urbano)
<b>Marcele Bianca Silva Felipe</b>	Moradora do quilombo e contribui na organização das ações e eventos realizados pela comunidade.	Comunidade quilombola Carrapatos da Tabatinga (quilombo urbano)

Elaboração própria

Na sociedade contemporânea, a participação dos atores sociais nos espaços de participação institucionalizados promove a ampliação de políticas públicas. Esta ampliação encontra-se estruturada no acesso a recursos governamentais e na ocupação de cargos no interior da máquina pública, contribuindo para efetivação e organização dos movimentos sociais (SILVA E OLIVEIRA, 2011).

A relação entre comunidade e Estado é descrita pelos autores e ilustrada na fala do ator social, Vandeli, que destaca a relevância da interseção entre o Estado e as comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais. Nota-se a tentativa de atores institucionalizados no processo de promoção das comunidades, que pode ser observada por meio do desenvolvimento de políticas públicas elaboradas a partir das demandas das comunidades quilombolas.

O trânsito institucional destacado na relação existente entre atores institucionalizados e não institucionalizados, também pode ser observado em outros espaços de atuação, tais como organizações sociais, partidos políticos, universidade, entidade religiosa entre outros. A participação em mais de um espaço, produziria de acordo com Silva e Oliveira (2011) uma ampliação deste trânsito institucional. Desta forma, os presentes atores, ao apresentarem formas distintas de participação, contribuem para a ocupação de diferentes espaços, ampliando a visibilidade e a realização de pressão exercida nas arenas políticas.

O ator institucionalizado, Vandeli, desenvolve suas ações a partir da sua atuação em cargo de destaque na administração direta. A articulação desse ator se dá fundamentalmente

com outras secretarias do Governo, principalmente na estruturação de políticas públicas para as comunidades quilombolas e no desenvolvimento de ações que fortaleçam a cultura quilombolas.

O ator entrevistado Isac, destaca que no processo de articulação entre as comunidades e as instituições de participação social, sua atuação auxilia na implementação e desenvolvimento de trabalhos básicos para a comunidade quilombola. A atuação deste ator na assistência social auxilia na inserção de jovens da comunidade quilombola em ações que tem como objetivo a ampliação da cultura e da tradição.

A entrevistada Dardara, apresenta como principais atribuições, sua participação no Conselho Tutelar na cidade de Bom Despacho e a sua contribuição como Presidente da Câmara Jovem. Ela auxilia na implementação de políticas públicas na sua comunidade contribuindo na execução de projetos desenvolvidos. No momento dessa entrevista, Dardara estava afastada do cargo, devido à licença maternidade.

Marcele, por sua vez, não desenvolve ações externas à sua comunidade e não participa de outros espaços institucionalizados, entretanto, atua no suporte e auxílio às demandas internas na comunidade quilombola. Sua atuação se estende ao resgate da cultura e principalmente na construção e apreensão de conhecimento, juntamente com as matriarcas da comunidade, o que auxilia na preservação da cultura e dos saberes desta comunidade.

Estes atores apresentam padrões e características distintas de atuação: a) um ator institucionalizado, b) outro não institucionalizado, porém, com forte presença em movimentos sociais e em espaços institucionalizados, c) uma atriz não institucionalizada que apresenta pouco engajamento nesses espaços de participação e d) uma atriz envolvida com a comunidade quilombola sem histórico de participação em espaços institucionalizados.

Estes atores foram indagados quanto à sua atuação dentro das suas respectivas comunidades, e como eles percebiam a atuação do governo de Minas Gerais nestas comunidades. Considerando os governos do atual governador do estado, Fernando Pimentel (PT) e o do governador anterior, Antônio Anastasia (PSDB), eles responderam que houve um processo de ampliação no acesso à participação, no qual o atual governo contribui com a participação, ao promover espaços para o debate.

Segundo Isac, o diálogo com o atual governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, é mais amplo:

[...] desde 2016, eu venho vendo que o movimento social pelo menos os quilombolas, e os que atuam com a assistência social, dizem que os diálogos com o governo Pimentel são mais amistosos. Eu destaco aqui uma ação grande, duas ações grandes que a Federação de Comunidades Quilombolas de Minas dentro do estado organizou, teve uma participação direta que fundamental do governo estadual com estrutura, auxiliando a gente. A Federação fez um trabalho muito grande, eu diria, tanto um apoio do governo do estado quanto com estrutura como também um atendimento desses, ao convite da Federação para estar ali, dialogando conosco, eu estou destacando aqui o que é o CANJERÊ e que começou ano passado e o primeiro fórum estadual da juventude quilombola. Foram dois eventos assim, marcantes realizados por nós aqui em Belo Horizonte, mas que a gente contou um pouco com a participação do governo estadual, e outros movimentos, também falam que assim conseguem ter um diálogo com esse governo (...) (ISAC, 2017)

A partir da abertura dos espaços institucionais, os representantes da sociedade civil, organizados nos movimentos sociais passam a ter acesso a recursos governamentais diversos, e a ocupar posições dentro da máquina pública conforme assinala Silva e Oliveira (2011).

Esta abertura para os espaços institucionalizados foi destacada nas falas dos atores ao enfatizar o quanto a oportunidade de fazer parte da máquina pública contribui para a atuação dentro das comunidades:

(...) e em 2015, o movimento dialogando com o governo, com o governador conseguiu, conquistamos um cargo aqui no estado e eu fui o primeiro quilombola a assumir um cargo de chefia, e hoje eu sou diretor para o desenvolvimento sustentável das Comunidades Quilombolas das aldeias indígenas e outras comunidades tradicionais. Graças ao meu planejamento dentro do estado com parceria com outras secretarias, é possível levar respostas às demandas que chegam de diversas regiões do estado de Minas Gerais. A gente está tentando aproximar através do diálogo, mostrando para o Estado a importância de levar o mínimo né, para essas comunidades, direitos básicos né, direitos mínimos como educação, saúde, água, energia elétrica enfim, são coisas que as outras, todo mundo tem acesso, principalmente quem mora na cidade tem acesso à essas políticas públicas, básicas e necessárias. (VANDELI, 2017)

Este processo de inserção, no qual os atores sociais passam a compor como parte efetiva do aparelho do Estado, diferente do modelo de movimento social do período da redemocratização, esta inserção é apresentada no trabalho desenvolvido por Silva e Oliveira

(2011) que defendem o argumento de Banaszak (2005) que afirma que as relações existentes entre os movimentos sociais e o Estado conformariam um *continuum*, partindo da exclusão completa destes atores, que corresponderia à impossibilidade de acesso ao processo e mecanismos políticos administrativos disponíveis, até o ponto da inclusão completa na qual os atores fazem parte da instituição enquanto membros efetivos da *polity*. Moura e Silva (2008) destacam que se faz necessária a compreensão do processo de constituição dos atores sociais e a sua relação com os atores institucionalizados.

Com o objetivo de promover a discussão referente ao processo e análise dos atores da sociedade civil, Vaz e Kunrath (2008) propõem a incorporação do conceito de “rede de políticas” que apresenta uma análise referente aos processos e atuação dos atores da sociedade civil destacando sua relação com os espaços institucionais de participação nos espaços públicos, esta relação de rede entre os atores, é possível destacar relevância destes arranjos para a promoção de ações e implementação de políticas.

A relação construída entre os atores quilombolas consiste na busca permanente por novos parceiros, promovendo o fortalecimento das redes de contato e político, que contribuem para a promoção das comunidades quilombolas. Atuar em rede proporciona o acesso aos espaços institucionalizados, ampliando a visibilidade das comunidades e a pressão exercida por estes atores na luta pela efetivação de direitos. Estas parcerias apresentadas caracterizam a estrutura de rede construída entre os atores institucionalizados em atuação na máquina pública e os atores não institucionalizados, desta forma a relação entre estes atores promovem o acesso à estrutura do Estado e possibilita o acesso à novas formas de participação.

### **3.2 Comunidades quilombolas de Santa Cruz, Suassuí<sup>8</sup> e Carrapatos da Tabatinga<sup>9</sup>.**

O estado de Minas Gerais destaca-se pela concentração de comunidades quilombolas, sendo o terceiro estado do país em número de comunidades quilombolas de acordo com dados do INCRA do ano de 2017. Reconhecer-se como pertencente de comunidade quilombola, está associado a uma questão relevante ao resgate dos valores e das tradições da cultura negra brasileira. A primeira comunidade a ser apresentada neste trabalho é a comunidade de Santa Cruz.

A comunidade quilombola de Santa Cruz, está localizada no município de Ouro Verde de Minas, situado na região nordeste do estado de Minas Gerais, Vale do Mucuri, microrregião de Teófilo Otoni, a aproximadamente 490 quilômetros de distância da capital, Belo Horizonte. Este município é considerado de porte pequeno (175 Km), sua população segundo dados do IBGE (2016) é de 6.118 habitantes, destes menos da metade estão localizadas na zona rural (2.397 habitantes). De acordo com o mapa desenvolvido pela CPISP, o município de Ouro Verde de Minas possui 8 comunidades quilombolas, que juntas totalizam 138 famílias, destas 78 residem na comunidade de Santa Cruz.

A comunidade de Santa Cruz é a comunidade quilombola com o maior número de famílias residentes das 8 comunidades do município de Ouro Verde. De acordo com dados coletados com moradores da comunidade, estas 78 famílias quilombolas, totalizam uma média de 500 pessoas.

A segunda comunidade apresentada é a comunidade quilombola de Suassuí e Pitangueiras, localizada no município de Coluna. Este município encontra-se na extrema entre o Vale do Rio Doce e Vale do Jequitinhonha, Regional de Valadares, a 212 quilômetros de distância da capital, Belo horizonte.

---

<sup>8</sup> Optou-se pela grafia do nome da comunidade encontrada no site do CPISP, o qual apresenta na ficha de informações referentes a comunidade o nome da comunidade como Suassui e Pitangueiras. Informações disponíveis em: <http://www.cpis.org.br> (acessadas em 15 de novembro de 2017.)

<sup>9</sup> Grande parte das informações utilizadas para apresentar as comunidades de Santa Cruz, Suassuí e Carrapatos da Tabatinga não possuem referência tendo em vista a construção das informações por meio da junção de relatos dos quilombolas das comunidades com dados disponíveis no IBGE sobre o município

O município possui 348 quilômetros quadrados de extensão e de acordo com último censo realizado pelo IBGE, possui 9.024 habitantes, destes 58% estão nas áreas rurais do município. O município é considerado de pequeno porte, o quilombo de Suassuí e Pitangueira estão localizados na região rural do município de Coluna. Estima-se que vivam na comunidade cerca de 50 famílias. A comunidade foi fundada há cerca de 170 anos por famílias de escravos que fugiram da região do Serro e Diamantina. O nome da comunidade se deu em decorrência do rio Suaçuí que banha a comunidade.

A terceira comunidade apresentada é a comunidade Carrapatos da Tabatinga, esta comunidade é um dos quilombos do estado localizados em áreas urbanas. A comunidade Carrapatos da Tabatinga, está localizada no bairro Ana Rosa, na cidade de Bom Despacho, região Centro-oeste de Minas Gerais. Bom Despacho está localizada a 156 quilômetros da capital, Belo Horizonte, de acordo com a estimativa do IBGE, em julho de 2017 para o município era 50.046 habitantes.

O último censo demográfico, realizado em 2010, apontou uma população de 45.624 habitantes, e destes 94% estão da área urbana do município. A comunidade Carrapatos da Tabatinga encontra-se na área urbana da cidade de Bom Despacho, o nome da comunidade refere-se a um tipo de barro de cor branca encontrada na rua principal do bairro Ana Rosa. Este era utilizado na construção das casas na comunidade quilombola, estima-se que 500 pessoas residam na comunidade Carrapatos da Tabatinga, a comunidade conta hoje com sistema de água, rede de esgoto sanitário, energia elétrica, telefone público e uma escola. É um quilombo localizado em bairro considerado de periferia da cidade de Bom Despacho, o que proporciona a esta comunidade, o acesso aos serviços públicos que estão disponíveis para a cidade. A comunidade traz por meio das festas organizadas em homenagem a nossa Senhora do Rosário e São Benedito a preservação história e da cultura desta comunidade.

O congado é outra expressão cultural, que contribui por meio da música e da dança com a preservação da cultura e das tradições dos remanescentes dessa comunidade.

Estes três quilombos apresentam como singularidade a atuação de atores sociais que buscam promover a garantia das tradições, da cultura e principalmente da história destas comunidades.

### 3.3 Apresentação dos Resultados das Entrevistas

A presente pesquisa utilizou-se da realização de entrevistas semiestruturada, a qual possibilitou a obtenção de dados a partir do questionário realizado, auxiliando para sustentação da teoria apresentada. A entrevista semiestruturada está focalizada na atuação dos atores sociais quilombolas, o roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias à entrevista (ANEXO 2).

A pesquisa possibilita a obtenção de informações de maneira mais natural e as respostas não estão condicionadas a um padrão de alternativas. As entrevistas foram realizadas com o objetivo de obter por meio da fala dos atores sociais quilombolas, a perspectiva destes, quanto a própria atuação dentro dos quilombos. A intercessão entre a comunidade quilombola e os governos de Minas, e como esta relação construída a partir da relação em rede (atores sociais, comunidade e estado) promove a visibilidade de comunidades quilombolas em Minas Gerais.

O primeiro fato que se destaca na realização das entrevistas, está relacionado ao engajamento dos atores sociais, estes iniciaram suas lutas em prol de suas comunidades de maneira precoce, atuando juntamente com os pais e com os mais velhos de suas comunidades. A participação ocorre de maneira distinta para os quatro atores, estes desenvolvem suas ações por meio da relação em redes e as parcerias consolidadas entre secretarias do governo de Minas e a Federação quilombola N'GOLO.

Entre as principais ações desenvolvidas pelos atores institucionalizados destacam-se a elaboração e a implementação de políticas públicas para as comunidades tradicionais do estado. A atuação de atores quilombola na máquina pública do governo propicia as comunidades um diálogo maior com o governo. Destaca-se neste sentido o desenvolvimento de ações voltadas à valorização da cultura e tradição das comunidades quilombolas.

Os quatro atores, destacaram o festival de cultura Quilombola Canjerê<sup>10</sup> como um evento que promove a ampliação da visibilidade das comunidades quilombolas de Minas

---

<sup>10</sup>Realizado pela Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo) em parceria com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário (Seda-MG) e Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (Iepha-MG), o Canjerê tem como objetivo ser um espaço

Gerais. Embora os atores desenvolvam ações distintas e participem de formas diferentes em suas respectivas comunidades, o objetivo que centra as ações desenvolvidas são muito semelhantes. O desejo de promover melhorias para suas comunidades, e despertar na juventude quilombola o desejo pelo engajamento social, torna-se um elemento similar na fala e na atuação dos atores.

Os atores, ao serem questionados sobre a atuação dos governos de Antônio Anastasia e Fernando Pimentel, descrevem o governo de Pimentel como mais inclusivo e aberto ao diálogo. Embora o governo de Fernando Pimentel não possa ser analisado de forma completa, tendo em vista o recorte temporal realizado, o governo do Fernando Pimentel, destaca-se pela inclusão de novos atores nos espaços institucionalizados.

As mudanças de governo foram compreendidas de maneira mais significativa pelos quilombos localizados em áreas rurais. A possibilidade de dialogar com o governo de Minas e apresentar suas demandas são vistas pelos quilombolas como uma forma de ampliação da visibilidade e principalmente de inserir na arena política a temática quilombola, na tentativa de ampliação de direitos.

Para as atrizes do quilombo localizado em Bom Despacho, a mudança no governo de Minas Gerais não foi considerada como significativa. Uma vez que é a mudança no âmbito municipal que impacta diretamente nas políticas públicas e nos projetos que estão sendo desenvolvidos nessa comunidade.

A atual gestão de Bom Despacho foi apresentada com uma grande parceira na implementação de políticas públicas para o quilombo. As mulheres que participaram desta entrevista relatam a necessidade de ter que trabalhar e cuidar dos filhos, fatos que dificulta o engajamento, minimizando a participação delas nas atividades ligadas à comunidade, quando comparada à atuação dos homens. A contribuição destes atores é identificada em ações desenvolvidas nas comunidades e principalmente no acesso às políticas públicas básicas e o acesso à direitos. Estes atores buscam soluções, a partir da realidade de suas comunidades, na tentativa de fortalecer as relações construídas entre as diferentes gerações existentes nas comunidades quilombolas. Garantir o resgate das tradições das gerações antigas associadas a um encorajamento da participação da juventude quilombola assegura o respeito a cada uma

---

de encontros, aprendizados, debates e trocas, e contribuir para dar visibilidade à cultura tradicional quilombola e à luta das comunidades pelo direito à terra e à vida digna.



das gerações que compõem os quilombos, contribuindo com o fortalecimento da identidade social destes grupos.

A consolidação das relações existentes nas comunidades quilombolas destaca-se pela realização de parcerias realizadas entre os atores sociais das comunidades, o governo de Minas e outras instituições. O diálogo destes atores com a Federação e a Fundação Palmares, auxilia no processo de interlocução entre as comunidades e o governo de Minas Gerais.

Os atores sociais participantes deste trabalho destacam que a ampliação da participação da população de remanescentes quilombolas é um dos elementos necessários para a ampliação da visibilidade destes. Desta forma, a visibilidade das comunidades encontra-se relacionada não somente a atuação dos atores sociais, mas da ampliação da participação da comunidade quilombola enquanto coletividade.

O estado de Minas Gerais como já destacado neste trabalho, embora seja, de acordo com dados do INCRA, o terceiro estado do país em número de comunidades quilombolas certificados apresenta baixa efetivação das garantias legais para com estas comunidades. Entre os direitos está o da titulação dos territórios quilombolas no Estado. Em Minas Gerais existe apenas uma comunidade quilombola titulada, Porto Coris, mas que está de baixo d'água, tendo sido titulada para atender a interesses governamentais (Gomes, 2009).

A ausência de políticas públicas básicas como, por exemplo, o acesso à água tratada, energia elétrica, acesso à comunicação por telefone e internet são destacados como grandes embates enfrentados pela comunidade quilombolas, localizadas em áreas rurais do estado de Minas Gerais. Neste sentido, o diálogo e a construção de redes entre os atores, contribuem para que estas comunidades localizadas em municípios de pequeno porte possam ter apoio na luta em prol de políticas públicas de serviços básicos.

As conferências são relatadas como portas de entrada para programas sociais e ações que auxiliam no desenvolvimento das comunidades e dos municípios. Um fato relevante, observado por meio das entrevistas é o aumento da entrada de jovens quilombolas nas universidades federais e estaduais do Estado, a entrada destes na universidade é uma conquista dos remanescentes quilombolas e este ingresso é decorrente das lutas das comunidades por cotas e auxílio de bolsa permanência para estes jovens.

À vista disso, é possível observar que a atuação dos atores quilombolas é significativa no processo de promoção da visibilidade das comunidades quilombolas contribuindo também na ampliação de políticas públicas. A construção de redes entre estes atores e principalmente entre o governo e as demais instituições parceiras auxiliam no processo de construção de políticas públicas e promoção das comunidades.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar a atuação dos atores sociais institucionalizados e não institucionalizados, indicando como as ações empreendidas por estes atores contribuem para o aumento de visibilidade das comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais, bem como a realização de pressão para a entrada dessa questão na pauta do Estado e para a efetivação de políticas públicas para estas comunidades.

Com a finalidade de observar a concepção dos atores sociais quanto ao aumento de visibilidade das comunidades quilombolas, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, com as quais foi possível verificar como estes atores se articulam para a promoção das comunidades quilombolas (ANEXO 2).

Entre os resultados encontrados destacam-se a percepção positiva dos atores quanto a atuação do governador de Minas Gerais, Fernando Pimentel, no processo de promoção da participação e inclusão de novos atores sociais. A atuação do governo de Minas Gerais é percebida de maneira mais tangível pelos atores de comunidades rurais, tendo em vista a dificuldade de interlocução com os órgãos municipais. Os resultados encontrados demonstram que estas comunidades são as que possuem menor acesso às políticas públicas básicas, como, por exemplo: acesso à água tratada, esgoto e educação.

Observa-se que o processo de promoção e ampliação da visibilidade das comunidades quilombolas estejam elas localizadas em áreas rurais ou urbanas, é decorrente da realização de redes, construídas entre os diferentes atores, o governo de Minas e as instituições que representam estas comunidades.

Vaz e Kunrath (2008) destacam que a relação em rede é pertinente ao desenvolvimento de processos e atuação dos atores da sociedade civil. A relação construída entre estes diferentes atores contribui para a ampliação da temática, auxiliando assim para promoção das comunidades quilombolas.

É possível destacar a participação como um dos elementos principais na promoção da visibilidade das comunidades quilombolas. Verificou-se por meio da realização deste

trabalho, a ausência de maiores informações referentes a origem da Federação Quilombola de Minas Gerais e principalmente informações sobre as comunidades quilombolas do estado.

Este trabalho não apresentou como finalidade esgotar o debate referente as comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais. O desenvolvimento de novas pesquisas torna-se relevantes uma vez que o governo de Fernando Pimentel não pode ser analisado completamente, havendo para novos estudos a possibilidade de ampliação do número de atores e de comunidades, com a finalidade de observar se a realidade verificada para este universo de pesquisa é passível de generalizações e se este grupo pode ser é representativa para o universo do Estado.

Um aspecto que merece ser ressaltado é que a realização deste debate contribui para construção e aprofundamento dos estudos já realizados sobre as comunidades de remanescentes quilombolas. Salientando a atuação dos atores sociais e a intercessão existente entre estes e o governo do estado de Minas Gerais.

Por consequência, é possível identificar que a atuação dos atores em suas comunidades contribui no processo de desenvolvimento de ações que auxiliam diretamente na melhoria das comunidades, assim a atuação dos atores sociais institucionalizado e não institucionalizados, é fundamental no processo de consolidação de políticas públicas e ampliação da visibilidade das comunidades de remanescentes quilombolas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALONSO, Ângela et al. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 49-86, 2009.
- ANDRADE, M.P. **Terra de Índio: terra de uso comum e resistência camponesa**. São Paulo: FFLCH. (Tese de doutorado em Antropologia), 1990.
- ARAS, L. M. B. d. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 2004.
- ARENDDT, Hannah - **On Revolution**, Penguin Books, 1990.
- ARRUTI, José Maurício Andion. **A emergência dos "remanescentes": notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas**. *Mana*, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. Disponível em: <<https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br>> acessado em: 25 de agosto de 2017.
- AVRITZER, Leonardo. Experiências nacionais de participação social. In: **Democracia participativa**. Cortez, 2009.
- AVRITZER, Leonardo. **Sociedade civil e participação no Brasil democrático. Experiências nacionais de participação social**. Belo Horizonte: Cortez, p. 7-12, 2010.
- BISPO DOS SANTOS, Jucélia. **Território, Direito e Identidade: uma análise da comunidade quilombola da Olaria em Irará, Bahia**. *Antíteses*, v. 3, n. 5, 2010.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Diccionario de política**. Siglo xxi, 1991.
- BORBA, Carolina dos Anjos de. **Território Quilombola: identidade e inclusão social - O caso de Rincão dos Martimianos, Restinga Seca/RS**. Em Tese, v. 3, n. 1, p. 86-99, 2006.
- BOSCHI, R. R. **A arte do associativismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 23

fev. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Conselho Nacional de Assistência Social**. Relatório GT População Quilombola: Brasília; 2007.

CARLOS, Euzeneia. Movimentos sociais e instituições participativas. Efeitos do engajamento institucional nos padrões de ação coletiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 30, n. 88, 2015.

CARRIL, Lourdes Fátima Bezerra (2006). **Quilombo, Território e Geografia**. Agrária, São Paulo, N.3, pp156-171.

CHAGAS, Miriam de Fátima. **A política do reconhecimento dos "remanescentes das comunidades dos quilombos"**. Horizontes Antropológicos, v. 7, n. 15, p. 209-235, 2001.

CONVENÇÃO, N. **169** sobre povos indígenas e tribais. Resolução referente à ação da OIT/Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.

COSTA FILHO, Aderval. **Quilombos e povos tradicionais**. Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais, 2011.

CUPERTINO, Maria Cristina et al. **Juventude Rural Quilombola: identificação, reconhecimento e políticas públicas**. 2012.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando**. Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, p. 95-110, 2004.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e a participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.

DOS SANTOS, Maria Elisabete Gontijo; CAMARGO, Pablo Matos. **Comunidades quilombolas de Minas Gerais no século XXI: história e resistência**. Autêntica, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes: no limiar de uma nova era.** Globo Livros, 2008.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; CHINELLI, Filippina. Três décadas de discussão sobre algumas formas de mobilização popular no Brasil. In: VALLADARES, Lícia do P. (Coord.). **Research project on urbanization and models of development in Latin America.** Princeton; Rio de Janeiro: URBANDATA / IUPERJ-UCAM, 2003.

FUNDAÇÃO PALMARES. Disponível em:<Www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>. Acessado em: 25 de agosto de 2017.

GELINSKI, A. M., SIQUEIRA, R. B. d. Others. **Etnia quilombola e políticas públicas: Lutas e conquistas no Paraná.** Unioeste Campos de Toledo, 2014.

GOHN, M. da G. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. GOHN, M. da G.; BRINGEL, B. **Movimentos sociais na era global.** Petrópolis: Vozes, p. 19-36, 2012.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** Edições Loyola, 1997.

GOMES, Lilian Cristina Bernardo. **Justiça seja feita: direito quilombola ao território.** 2009. 350f. Tese (Doutorado em Ciência Política) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. UFM, Belo Horizonte, 2009

IBGE. **População estimada: IBGE,** Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estimativas da população residente com data de referência 1o de julho de 2017. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br>> acessado em 18 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Censo Brasileiro de 2010.** Características da população e dos domicílios: resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

INCRA - **Acompanhamento dos processos de Regularização Quilombola.** Disponível em:< [www.incra.gov.br/](http://www.incra.gov.br/)> acessado em 18 de outubro de 2017.

\_\_\_\_\_. **Relação de processos de regularização abertos no Incra.** Disponível em:< [www.incra.gov.br/](http://www.incra.gov.br/)> acessado em 18 de outubro de 2017.

INGLEHART, R.. “The silent revolution in post-industrial societies”. **American Political Science Review**, no 65. 1971.

JORGE, A. L. **O movimento social quilombola: considerações sobre sua origem e trajetória**. 17, pp. 139-151. Acesso em 20 de DEZ de 2017,

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. *Etnográfica*, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LEITE, Ilka Boaventura; OLIVEN, Ruben George. **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. *Letras Contemporâneas*, 1996.

MAGALHÃES, L.C, RATTS,A.J.P. Visibilidade e Representação de Comunidades Quilombolas na Mídia. In: CONGRESSO DE PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO DA UFG - CONPEEX, 3., 2006, Goiânia. **Anais eletrônicos do XIV Seminário de Iniciação Científica** [CD-ROM], Goiânia: UFG, 2006. n.p.

MALCHER, Maria Albenize Farias (2006). **A Geografia da Territorialidade Quilombola na Microrregião de Tomé-açu: o caso da ARQUINEC – Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Nova Esperança de Concórdia do Pará**. Belém: CEFET. (Trabalho de Conclusão de Curso)

MANZINI, Eduardo José. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS**, v. 2, p. 10, 2004.

MARQUES, Amaro Sérgio et al. **População quilombola no norte de Minas Gerais: invisibilidade, desigualdades e negação de acesso ao sistema público de saúde**. *BIS. Boletim do Instituto de Saúde (Impresso)*, v. 12, n. 2, p. 154-161, 2010.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MORENO, JAMILE COELHO. **Conceito de minorias e discriminação**. *Direito e Humanidades*, n. 17, 2010.



OLIVEIRA, Fernando Bueno et al. Territórios quilombolas em contextos rurais e urbanos brasileiros. **Élisée-Revista de Geografia da UEG** (ISSN 2316-4360), v. 4, n. 2, p. 257-275, 2015.

PAIVA, Clotilde et al. **Publicação crítica do recenseamento geral do Império do Brasil de 1872** (Relatório Provisório). Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. UFMG, 2012. Relatório GT. Relatório GT População Quilombola. [S.l.], 2007. [Último acesso em 01/09/2017]. Disponível em: <<https://goo.gl/e8ajKs>>

SANTOS, Alexandra; DOULA, Sheila Maria. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista Extensão Rural**, DEAER/PGE<sub>x</sub>R-CCR-UFSM, Ano XV, n. 16, p. 67-83, 2008.

SARMENTO, Daniel. A garantia do direito à posse dos remanescentes de quilombos antes da desapropriação. In: DUPRAT, Deborah (Org.). **Pareceres jurídicos: direitos dos povos e comunidades tradicionais**. Manaus: UEA, 2007. p. 77-104.

SCHMITT, Alessandra; MANZOLI TURATTI, MARIA CECÍLIA; PEREIRA DE CARVALHO, MARIA CELINA. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**. Ambiente & Sociedade, n. 10, 2002.

SILVA, Dimas Salustiano. Direito Insurgente do Negro no Brasil. In: CHAGAS, Silvio Donizete. **Lições de Direito Civil Alternativo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1994.

SILVA, Marcelo Kunrath; DE LIMA OLIVEIRA, Gerson. **A face oculta (da) dos movimentos sociais: trânsito institucional e intersecção Estado-Movimento-uma análise do movimento de economia solidária no Rio Grande do Sul**. Sociologias, v. 13, n. 28, 2011.

SILVA, Marina Osmarina. **Saindo da invisibilidade – a política nacional de povos e comunidades tradicionais**. Inclusão social, v. 2, n. 2, 2008.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. 2006.

TOLOI, Gabriela Gallucci; MANZINI, Eduardo José. **Etapas da estruturação de um roteiro de entrevista e considerações encontradas durante a coleta dos dados**. VIII

ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2013.

VAZ DE MOURA, Joana Tereza; KUNRATH SILVA, Marcelo. Atores sociais em espaços de ampliação da democracia: as redes sociais em perspectiva. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, n. Supl., 2008.

## ANEXO 1

### 1.1 Aspectos Metodológicos

A partir dos objetivos de mapear e descrever o processo de visibilidade conquistado pelas comunidades quilombolas do Estado, o presente trabalho buscou a partir da compreensão dos atores sociais, descrever a intercessão entre os atores das comunidades quilombolas e o Estado, destacando a participação destes atores em diferentes organizações sociais.

A partir de um desenho metodológico baseado em um estudo de caso e em técnicas para a coleta de dados sendo essas: revisão bibliográfica, entrevista semiestruturada, fontes documentais oficiais e informais, descrever o fenômeno em estudo.

Como estratégia analítica optou-se pela análise de documentos e análise do discurso. A entrevista busca trazer maior familiaridade ao assunto pesquisado, desta forma, tendo como finalidade aprofundar o conhecimento acerca da questão quilombola, selecionaremos 4 atores que apresentem relação com comunidades quilombolas do estado de Minas Gerais. Estes podem ou não residir nas comunidades quilombolas, o relevante para esta pesquisa diz respeito a relação dos atores quilombolas com o governo de Minas Gerais e sua atuação em suas respectivas comunidades.

O presente trabalho apresenta como procedimento metodológico uma abordagem qualitativa, esta abordagem metodológica justifica-se pela necessidade de identificar e descrever a percepção dos atores quilombolas selecionados quanto a relação existente entre o governo de Minas Gerais e as comunidades quilombolas desse estado.

Godoy (1995) destaca que, a pesquisa qualitativa busca por meio do contato direto compreender os fenômenos a partir da perspectiva do sujeito analisado. A escolha por esta abordagem está fundamentada no modelo de entrevista semiestruturada, esta possui como característica o questionamento fundamentado na teoria e na hipótese de pesquisa.

Com isso busca-se a partir das entrevistas semiestruturadas verificar de modo mais claro a percepção dos atores e identificar por meio das falas a compreensão destes atores no que tange ao fenômeno em estudo. A entrevista semiestruturada permite ao entrevistador a possibilidade de realizar comentários, buscar esclarecimento e explicações mais concisas para entender do fenômeno observado.

Duarte (2004) destaca em seu trabalho que as escolhas realizadas em um determinado estudo ocorrem devido a relação existente entre o objeto a ser estudado e a personalidade do

pesquisador, e desta forma, faz-se necessária apresentar de forma clara as justificativas para tal e as opções metodológicas, destacando os procedimentos que foram priorizados no estudo e descrever como foram obtidas tais informações.

A presente pesquisa para além das entrevistas realizadas, apresenta-se como recursos metodológicos a revisão bibliográfica e a análise de documentos formais e informais que proporcionem maior entendimento sobre o assunto pesquisado.

“Os documentos são fontes de dados brutos, para o investigador e a sua análise implica um conjunto de transformações, operações e verificações realizadas a partir dos mesmos com a finalidade de se lhes ser atribuído um significado relevante em relação a um problema de investigação” (CALADO e FERREIRA, 2004, p.3)

Esta pesquisa busca descrever a partir da perspectiva dos atores quilombolas de que maneira a interação com o Governo de Minas pode proporcionar ou não o aumento de visibilidade para as comunidades quilombolas no estado de Minas Gerais.

## ANEXO 2

### 1.2 Entrevista Semiestruturada

Número da entrevista: \_\_\_\_\_

Nome do Entrevistado:

---

Sexo: (M) (F)

Nome da Associação/ONG/órgãos estatais /entidade/grupo de pesquisa: \_\_\_\_\_

Sigla: \_\_\_\_\_ Data de Fundação? \_\_\_\_\_ Cidade:

---

Estado: \_\_\_\_ Telefone (\_\_\_\_) – \_\_\_\_\_

---

#### BLOCO 1

1- Você participa de um ou mais movimentos sociais? Qual a sua atuação neste (s) movimento (s)?

2- Há quanto tempo você faz parte deste (s) movimento (s)?

3- Qual a relação deste (s) movimento (s) como as comunidades quilombolas?

4- Como você avalia a relação movimento social e comunidades quilombolas?

5- Quem são as lideranças desses movimentos? Estas lideranças possuem outras atuações fora do movimento? Estão inseridas em outros movimentos tais como faculdade, grupo religioso, Estado entre outros?

#### BLOCO 2

6- Como você percebe a atuação do estado?

7- O movimento participa de alguma forma dos espaços institucionalizados para deliberação?

8- Como é a relação entre o município o qual a comunidade quilombola está localizada e a comunidade quilombola da qual você faz parte?

9- Como é a relação da comunidade com a juventude quilombola?

### BLOCO 3

10-É possível identificar algum incentivo ao engajamento em movimentos sociais? Como ele ocorreu?

11-Existe mobilização internamente? Como ela ocorre? Como ocorre a organização/mobilização dentro do movimento social?

12- De quais instituições participativas você está associado? Participa de outro movimento social? Qual?

13- Como é a estrutura organizacional deste movimento?

14-O movimento quilombola realiza alguma parceria com o governo de Minas Gerais? Se sim, informe como elas ocorrem?

15-Quais movimentos sociais que apresentam relação com a comunidade quilombolas

16- A comunidade quilombola é ou já foram convidadas a participar de ações e projetos desenvolvidos pelo governo de Minas? Quando isso ocorreu? E qual o papel dos Atores sociais quilombolas nesse espaço?

17- Se você fosse citar um evento (acontecimento) importante de pressão feito pelo Movimento Quilombola no Estado, com apoio de outros movimentos, qual você citaria?

18- Quais são os principais parceiros na luta quilombola no Estado?

19- Você acha que o movimento negro tem ou teve importância no processo de fortalecimento do movimento Quilombola? Se sim quando e como?

### PARA TODOS OS SEGMENTOS:

1. Existe alguma questão que não foi perguntada e que gostaria de mencionar?

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável o (a) aluno (a) de graduação \_\_\_\_\_, do curso de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais, que pode ser contatado pelo e-mail \_\_\_\_\_ e pelos telefones () \_\_\_\_\_ e () \_\_\_\_\_.

Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas, visando, por parte do (a) referido (a) aluno (a) a realização de um trabalho de conclusão de curso.

Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Caso seja solicitado o (a) aluno (a) providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento.

Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa quando quiser e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

---

Assinatura

---

Local e data